



5 OUT 1983

O 2.045 está fora, comunicou Chaves a Carneiro, Cardoso, Simon e Saturnino

# Planalto quer opção *economia - Brasil* que reduza o déficit

O Governo aceita substituir o Decreto-lei 2.045 por medidas mais amplas de combate a inflação e que ajudem a reduzir o déficit do setor público, segundo informou ontem, o ministro-chefe do Gabinete Civil, Leitão de Abreu, aos líderes no Congresso, Aloysio Chaves e Nelson Marchezan, e ao presidente do PDS, senador José Sarney, ao mesmo tempo, o Ministro autorizou o comando do PDS a negociar essas medidas com os líderes e dirigentes de todos os partidos de oposição.

Aloysio Chaves explicou que o Governo adotou a negociação política como estratégia de solução para os problemas econômicos. Acrescentou que os entendimentos no Congresso serão conduzidos pelas lideranças a nível de bancadas e pelo senador Sarney junto aos comandos nacionais dos demais partidos. Atribuiu importância fundamental às propostas que o PDS apresentará às oposições e ao trabalho que a comissão dos Onze designada pela Executiva do partido, está concluindo.

Os entendimentos começaram ontem mesmo, quando os líderes do Governo na Câmara e no Senado, deputado Nelson Marchezan (PDS-RS) e Aloysio Chaves (PDS-PA), comunicaram essa disposição aos líderes oposicionistas, Pedro Simon (PMDB), Roberto Saturnino (PDT), Nelson Carneiro (PTB) e Fernando Henrique (PMDB). O líder em exercício do PMDB no Senado, Pedro Simon (RS), realizou a primeira reunião para discutir a posição do Governo ontem mesmo, logo após seu encontro com Aloysio Chaves.

A bancada do PDS na Câmara será informada hoje, por Marchezan, de que o Governo está interessado em ouvir as diversas sugestões dos parlamentares sobre o a crise econômico-financeira. Há 15 dias, Marchezan entregou ao Presidente da República e ao ministro Leitão

de Abreu, chefe do Gabinete Civil da Presidência, um estudo sobre as consequências do 2.045 e sua reação na bancada. Marchezan reuniu-se separadamente com Freitas Nobre (PMDB), Bocayuva Cunha (PDT) e Celso Peçanha (PTB).

## ESFORÇO

As negociações entre a cúpula do PDS — presidente Sarney e os líderes Aloysio Chaves e Nelson Marchezan — e o Governo em torno do 2.045, são antigas. Apesar de sustentarem posição do Governo em seus pronunciamentos públicos, a cúpula do PDS vinha advertindo a Presidência sobre as dificuldades de aprovação do 2.045 e a conveniência de abrandá-lo.

O líder Marchezan, por diversas vezes, considerou-o muito drástico e defendeu, até em entrevistas coletivas, a aprovação do 2.024. A sua esperança era de que o 2.024 satisfaria o Governo, que dispensaria o 2.045.

O PDS passou a temer realmente pela votação do 2.045 após o fracasso do encontro do ministro do Planejamento Delfim Netto, com a bancada da Câmara. Depois dessa reunião vários deputados comunicaram a Marchezan que não haveria nada que os forçasse a votar a favor do 2.045. O vice-líder Amaral Neto (PDS-RJ) chegou a informar que estava disposto a perder o seu mandato, mas que não contassem com seu voto.

Em meados de setembro, Marchezan apresentou um relatório à Presidência sobre as dificuldades no Congresso e sugeriu o reexame dos termos do acordo PTB-PDS, que previa diversas medidas a favor do trabalhador. A sua tese e a do PDS era de que deveria ser encontrada uma fórmula para beneficiar os que tinham baixos salários e dar maiores garantias aos trabalhadores.

O presidente do PDS, senador José Sarney, transmitiu ao Palácio, nos últimos dias, as primeiras conclusões do grupo de notáveis do Partido, também chamado de grupo dos 11, incumbido de reexame da política econômico-financeira. Esse grupo era contrário ao 2.045 e defensor de sua modificação imediata. Na tarde de ontem, o deputado Magalhães Pinto, (PDS-MG), integrante do grupo, ex-presidente do Senado e amigo pessoal do ministro Leitão de Abreu, afirmava muito antes de ser conhecido o discurso do Presidente da República:

“O 2.045 está agonizante, em estado de coma”.

## ADIAMENTO

A Comissão de Justiça do Senado não examinou, ontem, como estava previsto, a questão de ordem do líder Aloysio Chaves sobre se, nas votações do Congresso, é necessário que haja **quorum** na Câmara e no Senado. Esta questão foi levantada, inicialmente, durante a votação do 2.024.

Se prevalecer este raciocínio, o Governo conseguirá aprovar todos os decretos-leis por decurso de prazo. E que ele tem 46 senadores contra 23 das oposições. Na Câmara o Governo é minoritário: tem 235 deputados contra 244.

O presidente em exercício da Comissão de Justiça do Senado, senador José Fragelli (PMDB-MS), acreditava que a indagação do senador Aloysio Chaves pudesse ser examinada na manhã de ontem. Estava disposto a colocá-la em debate, mesmo sem constar da pauta. O relator, senador Hélio Gueiros (PMDB-PA), observou, porém, que necessitava de maior prazo para exame da matéria. Ele recebeu o processo na última terça-feira.